

Editorial

Contemporâneo de Ernest Renan, o sociólogo e intelectual nacionalista Max Weber propôs interpretações distintas sobre a ideia de nação, fornecendo subsídios ao debate de um tema instigante da modernidade política. Na abertura do presente número de Tensões Mundiais, Estéban Vernik brinda nossos leitores com um ensaio acerca deste conceito, espinhoso e problemático, mas tão caro ao pensador alemão. De modo a deixar mais claras suas perspectivas analíticas, as quais variavam conforme os escritos fossem de teor sociológico ou político, são apresentados exemplos ilustrativos dos dois significados atribuídos por Weber à nação: Argentina e Estados Unidos.

Em meados do século passado, ao tempo em que despontavam as lutas de libertação nacional na África e Ásia, as teorias nacional-desenvolvimentistas empolgaram corações e mentes dos latino-americanos. A ideia de nação se apresentaria como um imperativo a qualquer comunidade que aspirasse integrar o mundo moderno. Nesse aspecto concordam dois expoentes dos estudos da nação: o liberal Ernest Gellner e o militante da nova esquerda, Tom Nairn. Para o cosmopolita Gellner, o nacionalismo resulta de uma sociedade em constante transformação que busca efetivar o controle das massas com a promessa de “perpétuo crescimento” material e imaterial. Nacionalista escocês, Nairn lembra que a absorção pelo colonizado da ideologia desenvolvimentista do colonizador transforma o nacionalismo em padrão internacional de organização social e política. O vínculo “natural” entre nacionalismo e desenvolvimento, o chamado “nacional-desenvolvimentismo”, foi uma resposta necessária ao cruel dilema do subdesenvolvimento, por ele definido como “o fato de não ter e a consciência dessa intolerável ausência”.

Não por acaso, o igualitarismo se tornou a ilusão essencial da ideologia do desenvolvimento abraçada por intelectuais das diversas tendências políticas que se confrontavam no que, à época,

se denominava de Terceiro Mundo. Impulsionada por profundas mudanças sociais, a produção teórica da América Latina dos anos sessenta ofereceu uma variedade de análises sobre o que se designa por desenvolvimento e subdesenvolvimento. A mais conhecida delas, a teoria da dependência, teve como um de seus intérpretes Ruy Mauro Marini, autor de uma tese polêmica e original: o subimperialismo brasileiro.

Com satisfação trazemos aos leitores dois artigos cujo fio condutor é o conceito de subimperialismo. O primeiro trabalho resulta de pesquisa realizada por Natan dos Santos Júnior e Epitácio Macário com o intuito de examinar as particularidades do capitalismo brasileiro, tendo como referencial teórico a abordagem marxista da dependência. Marini observa que a “cooperação antagonica” entre a burguesia industrial e os proprietários fundiários provoca a superexploração do trabalho e a segmentação do mercado interno. Suas formulações persistem atuais frente às contradições históricas (e, ainda não resolvidas) da sociedade brasileira e à forma como vem ocorrendo nossa inserção internacional.

Já Diego Pautasso discute o subimperialismo a partir de um caso concreto: as relações sino-brasileiras com a África subsaariana. Essa interação seria uma alternativa encontrada pelos integrantes do BRICS, frente ao reordenamento do sistema mundial no pós Guerra Fria, para fortalecer a soberania do Estado e a agenda de desenvolvimento no continente africano, retomando assim a “questão nacional”. Argumenta o autor que a cooperação Sul-Sul representa um contraponto à política unilateral dos EUA de expansão do seu poder baseado no recurso à força e, portanto, não se enquadra no conceito de subimperialismo e suas práticas neocoloniais.

Apesar da diferença de enfoques, a reflexão acerca do imperialismo segue crucial para explicar a crescente desigualdade entre os países no século XXI ao aprofundar temas como, por exemplo, o caráter contraditório do processo de expansão capitalista e a divisão internacional do trabalho. Ainda tendo como campo empírico a África, trazemos novas contribuições ao debate relativo à nação e seus princípios legitimadores (soberania e desenvolvimento).

Desta feita, o lugar de destaque nas investigações cabe à política externa, elemento central para a projeção do “interesse nacional” e o reconhecimento do Estado-nação, no âmbito doméstico e junto à comunidade internacional.

Romênia Oliveira de Souza analisa as ações da diplomacia brasileira direcionadas aos países africanos durante os governos de Luís Inácio Lula da Silva, enfatizando os aspectos econômicos. O crescimento das exportações e dos investimentos diretos propiciou melhores condições para a implantação de um número cada vez maior de empresas naquele continente. As relações com a África, conclui a autora, revelam as aspirações do Brasil à potência emergente no plano socioeconômico e político.

Os vínculos entre a política externa da Nigéria, uma das principais economias africanas, e o mercado mundial do petróleo são o objeto de estudo de Guilherme Ziebell de Oliveira e Eduardo Ernesto Filippi. Esse artigo mostra que, na década de 1970, devido a alta dos preços internacionais do petróleo, o país adotou um posicionamento autônomo e ativo, assumindo a liderança regional na luta contra o colonialismo e o apartheid. Contudo, nos anos seguintes, a crise do “ouro negro” levou a mudanças favoráveis aos interesses das potências ocidentais e restringiram a presença nigeriana no cenário mundial.

Na sequência, Andrés Donoso Romo delinea as tensões contemporâneas na América Latina, em perspectiva histórica, apontando os principais problemas culturais, socioeconômicos e políticos, com destaque para a urbanização acelerada, o desenraizamento identitário, as iniquidades na distribuição das riquezas e a proliferação da violência política.

Tais processos tiveram seu auge com as ditaduras latino-americanas, cujo impulso “modernizador” requereu ações repressoras assentadas na doutrina de segurança nacional. Nessa perspectiva, Valentina Salvi investiga os crimes perpetrados pelo Estado argentino em nome da pátria, após o golpe militar de 1976. A autora pondera que com a redemocratização de seu país e a instituição do Dia Nacional da Memória pela Verdade e pela Justiça surgem novas políticas e instituições que permitem reconfigurar os laços simbólicos entre nação, memória e responsabilidade.

O apoio a golpes militares como ocorreu na Argentina tem sido uma marca da diplomacia dos EUA. Haveria indícios de mudança recente nessa tendência intervencionista? Para deslindar o significado do pronunciamento de Barack Obama aos brasileiros, proferido no Rio de Janeiro, em 2011, Erica Abreu Azevedo e João Batista Costa Gonçalves aproximam as categorias de comunidade imaginada e de exotopia nas obras, respectivamente, de Anderson e Bakhtin; ou seja, a nacionalidade se constrói mediante o olhar do outro sobre mim. Argumentam os autores que a cultura estadunidense constrói imagens discursivas da nação brasileira que ajudam a unir os dois países e a projetar o Brasil como potência global, na expectativa de distanciá-lo das iniciativas de integração latino-americana. Ao que tudo indica esta primeira visita do presidente dos EUA buscava refrear os investimentos chineses no exterior.

Finalizamos este número de Tensões Mundiais com as imagens dos birmaneses referentes à China, difundidas pelos meios de comunicação da pouca conhecida República da União de Myanmar. Zhou Lei, jovem antropólogo chinês, examina as reportagens de cinco grandes veículos midiáticos em 2012, tendo como foco as políticas ambientais e a justiça social em um contexto globalizado.

Os Editores